

TURISMO, SUSTENTABILIDADE E A PAISAGEM

Nilton Soares Val*

Abstract

The challenge of sustainability in various sectors has called for efforts to be made by both researchers and the community as a whole. With the growth of eco-tourism activities, numerous areas are attracting with ever-increasing intensity groups of people driven by the stress of daily life to seek moments of leisure and harmony with “nature.” At present, the tourist phenomenon has grown so intense that it has caused multitudes to travel to environments that are not ready to receive them, thereby causing impacts of a social, cultural, economic and environmental nature, including changes to the actual landscape.

Keywords: Sustainable Tourism; Sustainability; Eco-Tourism; Landscape; Degradation of Landscape.

INTRODUÇÃO

O caráter dinâmico é intrínseco à paisagem tanto na escala geológica como na escala histórica. Na perspectiva histórica, fatores como o solo, o relevo, o clima e a geologia são vistos por MENTINK (1990),¹ como estabilizadores, considerando a lentidão das transformações ocorridas na escala geológica. As transformações da paisagem, na perspectiva histórica, refletem a intenção entre a sociedade e a natureza, em cada momento da história, as transformações endógenas da sociedade e da natureza e a qualidade da interação entre ambos.

A paisagem expressa diretamente os valores e aspirações daqueles que a produzem (indivíduos ou grupos), ressaltando-se que valores e atitudes podem ser determinados pela hereditariedade, educação, comunicação e experiência (ECKBO, 1975).² A esse respeito, BOURASSA (1990)³ sugere uma teoria tripartite, distinguindo três formas de experienciar a paisagem: a biológica, implicando padrões transculturais; a cultural, em que a experiência está sujeita à variabilidade segundo o desenvolvimento cultural dos grupos étnicos e sociais; e a forma individual, idiossincrática, resultando da forma biológica e cultural em um indivíduo específico. Assim, segundo KLUCKON; MURRAY (1950), citado em CRAIK (1975), “todos os indivíduos são, de alguma forma, iguais a todos os outros, iguais a alguns e completamente diferentes de todos.”⁴ Para a tradição judaico-cristã, a princípio o homem foi considerado uma unidade separada da natureza, mantendo o domínio sobre ela.(ECKBO, 1975).⁵ Entretanto, a crise ambiental dos anos 60 e 70 evidenciou os limites deste domínio impondo mudanças culturais, representadas por novos valores e atitudes em relação à paisagem, consolidadas na conscientização da sua importância para a qualidade de vida. QUEVEDO NETO (1999) nos fala que:

a ausência de constrangimentos legais, que tenham por objetivo evitar os conflitos resultantes das externalidades, produzidas por uma determinada atividade sobre os usuários vizinhos, resulta na degradação das qualidades da paisagem, como: conversão de terras cultivadas, o abandono da atividade agropecuária, a destruição de ecossistemas naturais remanescentes: problemas ligados à poluição do ar, água e solo, a degradação dos valores paisagísticos, arquitetônicos e geológicos, além de uma série de impactos sociais sobre as comunidades locais, provocados pela inserção de atividades urbanas no meio rural.⁶

Esse mesmo autor cita ainda o trabalho mais recente de UENO (1985),⁷ onde o autor mostra claramente a pressão exercida pelo ambiente urbano por meio de aumento de preço da terra, forçando o rearranjo da produção de hortifrutícolas do “cinturão verde”, avançando em direção ao interior, concentrando-se numa distância entre 50 e 180km em torno de São Paulo, de acordo com as especificidades de cada produto e de sua suscetibilidade ao preço da terra e à proximidade do ambiente urbano.

Essa dinâmica da paisagem nas áreas de transição urbano-rural resulta na degradação das qualidades dessas paisagens, que por sua vez, desempenham um papel importante como local de lazer e recreação para as populações urbanas. BRYANT, RUSSWURM, McLELLAN et al. (1982)⁸; POTTER, C. (1994)⁹ e HOLLYDAY (1994);¹⁰ enfatizaram a importância desses locais como o destino mais procurado por aqueles que buscam “contato com a natureza.” Estudos desenvolvidos por KAPLAN; KAPLAN (1983);¹¹ KAPLAN; TALBOT (1983);¹² KORPELA; HARTING (1986),¹³ enfatizam a importância da experiência restaurativa proporcionada pelo ambiente natural e pelos lugares preferidos, considerados de extrema importância para os indivíduos submetidos ao estresse provocado pelo ambiente urbano, especialmente dos grandes centros urbanos. Paisagens constituídas por áreas de agricultura tradicional e de vegetação natural, associadas à topografia ondulada e às superfícies líquidas, representaram as paisagens preferidas, como indica uma série de estudos sobre preferência, STRUMSE (1996),¹⁴ SULLIVAN III (1994);¹⁵ COETERIER (1996).¹⁶ Outros trabalhos reforçaram o papel da atividade agropecuária tradicional como geradora e mantenedora das paisagens preferidas, guardando valores culturais, históricos, simbólicos, estéticos e recreacionais COETERIER (1996);¹⁷ MENTINK(1990);¹⁸ LUGINBUHL (1991);¹⁹ Como o destino de inúmeros “turistas” tem sido, como já demonstrado, as áreas naturais, ou de predominância do contato com a natureza, havemos de investigar a qualidade da paisagem preferida por esse público; os impactos, no meio ambiente causados pelas atividades desenvolvidas; qual a tendência de desenvolvimento da paisagem e se ela corresponde à desejada; se diferentes grupos sociais mostram preferências diferentes em relação à paisagem e se

eles têm avaliações e condutas diferentes sobre a paisagem e suas transformações; se a memória da população residente recorda-se da paisagem no passado e de como e quando ocorreram mudanças e sua avaliação pessoal sobre essas mudanças. A esse respeito, SARTOR (1977) argumenta que “o relacionamento equilibrado entre o produto turístico e o ambiente rural constitui um dos elementos fundamentais no sentido de favorecer a pequena agricultura e as atividades pecuárias locais.”²⁰ Assim, em estudos sobre a paisagem e sua transformação, devem ser analisadas as preferências, avaliações, atitudes e expectativas dos pequenos proprietários e de proprietários de residências secundárias (os representantes do turismo rural na área de estudos). Os resultados dessa análise devem servir como subsídios para estabelecimentos de recomendações de políticas públicas de desenvolvimento econômico, social e cultural, que preservem as qualidades da paisagem, o que depende da incorporação das demandas coletivas em termos de pensamentos, valores e sentimentos.

A perspectiva adotada para o estudo da transformação da paisagem deve ser a da percepção da paisagem subárea de um campo de estudo mais amplo denominado percepção ambiental. Acreditamos que essa perspectiva seja a mais adequada, pois como argumenta POTTER (1994),²¹ há falta de pesquisa nessa área, tornando vagas as idéias de planejadores sobre a maneira como as pessoas pensam a respeito da paisagem; por outro lado, há pouca compreensão, por parte do público, sobre as decisões políticas estabelecidas sobre as transformações nas paisagens das áreas sob forte ação antrópica.

As políticas públicas que desprezam as qualidades das paisagens constituídas pela experiência, percepções e expectativas dos cidadãos, comportam um caráter estático e propõem-se a “congelar” a paisagem. Nesse sentido, COETERIER (1996)²² argumenta que se entendermos como as pessoas se relacionam com a paisagem, suas avaliações, suas atitudes, suas preferências, conheceremos os meios pelos quais as qualidades seriam alcançadas, sem constringer a criatividade do planejador, porque não ditaria o produto final. Dessa forma, os insumos produzidos pela perspectiva da percepção da paisagem, podem levar à instituição de alternativas menos rígidas da proteção ambiental e da paisagem e, o que é mais importante, considerar os insumos econômicos e ecológicos, atenuando o caráter reducionista das vias unidimensionais. Quanto à proteção de paisagens rurais, HOLLIDAY (1994)²³ sustenta que são fundamentais o desenvolvimento e implementação de perspectivas multidimensionais de avaliação e planejamento do uso da terra, visando satisfazer às necessidades da comunidade em todas as suas instâncias.

Assim, entre as questões que permanecem sem respostas, demandando mais pesquisas, pode-se listar: (a) identificação da paisagem preferida por habitantes locais e turistas; (b) avaliação da opinião dos usuários quanto ao tipo de transformações e suas conseqüências bem como dos elementos responsáveis por essas transformações; (c) identificação das atitudes dos usuários em relação aos conflitos atuais resultantes da mescla de atividades desenvolvidas na área rural; (d) avaliação das expectativas dos proprietários rurais sobre o futuro da atividade agrícola, procurando identificar o potencial de transformação da paisagem, bem como a expectativa dos proprietários de residências secundárias em relação à transformação da paisagem; (e) análise da variabilidade cultural em relação às paisagens preferidas e às transformações da paisagem; (f) estudos das paisagens preferidas e das transformações da paisagem por meio das teorias desenvolvidas no ramo da cognição ambiental; (g) contribuição para o estabelecimento de uma abordagem científica no estudo das paisagens; (h) estabelecimento de recomendações e de alternativas de desenvolvimento sócioeconômico para as áreas estudadas; (i) correlacionar as atividades empreendidas como “lazer/turismo”, seja pela visitação às residências secundárias, seja como usuários da trade turística, com os impactos causados ao meio ambiente/paisagem.

CONCEITO E DEFINIÇÕES DE TURISMO

Encontram-se referências ao turismo na literatura desde o século XIX, mas foi só a partir da Segunda Guerra mundial que se desenvolveu o seu conhecimento de um ponto de vista científico. Esse desenvolvimento acompanhou o surgimento e crescimento do turismo de massa, ou seja, “o deslocamento de grande número de pessoas para os mesmos lugares nas mesmas épocas do ano” (RUSCHMANN 1999).²⁴ Segundo TRIGO (1993):

No Brasil há muitos estudos específicos sobre turismo, principalmente sobre a interação entre o turismo e outras disciplinas da área de ciências humanas. (...) o questionamento da problemática turística é relativamente escasso. Grande parte dos textos que se propõem a analisar o turismo fica restrita a outras áreas de estudo como administração de empresas ou economia, geografia ou sociologia do lazer.²⁵

Ao analisar a origem da palavra turismo, BARRETO (1995)²⁶ coloca que o vocábulo *tour* é de origem francesa e significa “volta”. ANDRADE (1992) completa afirmando que “a matriz do radical *tour* é do latim, através do seu substantivo *touris*, do verbo *turnare*, cujo significado é “giro, volta, viagem ou movimento de sair e retornar ao local de partida.”²⁷ Desta forma, tem-se os primeiros indícios do conceito de turismo, ou seja, deslocamento temporário com retorno ao local de partida. Sob um conceito histórico, TRIGO (1993)²⁸ afirma que os grandes movimentos turísticos surgiram no século passado séc.XIX, à medida que o capitalismo se desenvolvia, principalmente na Europa Ocidental e na América do Norte. O desenvolvimento tecnológico da época, em especial no setor de transportes, também contribuiu para o fenômeno. Do início do século até a I Guerra Mundial houve um pequeno crescimento do turismo, interrompido pelo confronto. É durante este período, em 1911, que surge a primeira definição de turismo, dada pelo austríaco SCHULLERN (1911): “Turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado” citado em BARRETO (1995).²⁹ Como se observa, apesar de citar o movimento de pessoas (turistas) e, portanto admitir a existência de um processo social, a visão econômica é a que confere maior interesse aos estudos.

Com o fim da I Guerra Mundial, o fenômeno volta a crescer, dando início ao turismo de massa, que PELLEGRINI, (1993) define como “aquele cujo fluxo ultrapassa os limites da capacidade de recepção de um local em determinado tempo.”³⁰ Já BARRETO (1995),³¹ entende esse mesmo tipo de turismo conforme o tamanho da demanda, ou seja, em locais onde a demanda para visitação

é alta, tem-se um turismo de massa. Em 1929 o turismo sofre novamente uma retração, devido à crise da Bolsa de Valores de Nova York TRIGO, (1993).³² É nesta data que nasce o Centro de Pesquisas Turísticas da Faculdade de Economia da Universidade de Berlim, originando uma corrente de pensamento no turismo denominada Escola de Berlim ANDRADE (1992),³³ onde surgem novas definições de diversos autores, citados em BARRETO (1995).³⁴

Neste trabalho, considerou-se a mais abrangente e conhecida das definições acerca do “fenômeno turístico”, feito pela Organização Mundial de Turismo – OMT (1993), que o entende como “as atividades realizadas pelas pessoas durante viagens e permanência em lugares diferentes do seu local de residência habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, para ócio, negócios e outras finalidades.”³⁵ Assim, o importante é o deslocamento para um local – não importando a distância, que não seja habitual – para desconsiderar estudantes ou trabalhadores de cidades próximas que façam o percurso cotidianamente, não permanecendo mais do que um ano – excluindo imigrantes, independente do motivo – abarcando desde negócios e saúde até religião, lazer, entre outros.

ECOTURISMO – TURISMO RURAL – AGROTURISMO

Segundo PIRES (1998),³⁶ o ecoturismo como proposta concreta de utilização turística de espaços naturais – entre eles, muitas áreas naturais protegidas ou unidades de conservação – surgiu nos anos 80 num momento em que as idéias e proposições para o desenvolvimento de formas alternativas de turismo já se encontravam bem disseminadas, e que se multiplicavam pelo mundo os estudos e as experiências nessa área. Nesse mesmo período em que as organizações ambientalistas, devido à redução do apoio financeiro institucional, se vêem forçadas a promover a geração de recursos próprios e a se autofinanciarem em seus projetos e empreitadas tem-se, segundo BAEZ (1996),³⁷ um dos determinantes pragmáticos do surgimento do ecoturismo como alternativa para a geração de fundos necessários à proteção das referidas áreas naturais. Nesse mesmo período (anos 1980), consolidaram-se as idéias em torno de um modelo de desenvolvimento compatível com a conservação dos recursos naturais e culturais, que mais tarde se abrigariam sob o conceito de “desenvolvimento sustentável” concebido pelo Relatório Brundtland da CMMAD em 1987. “A partir do imperativo ético que é possível promover um desenvolvimento pelo qual se possa utilizar os recursos atualmente disponíveis sem comprometer a sua utilização pelas gerações futuras,”³⁸ vislumbrou-se a via alternativa de um tipo de turismo que ao encontrar na natureza a sua fonte maior de motivação, fosse também capaz de gerar recursos para sua proteção e proporcionar benefícios para as comunidades tradicionais que dela dependiam (princípios de sustentabilidade). Essa via alternativa antes de fluir sob a denominação atual de “ecoturismo” difundiu-se a partir dos anos 1970 assumindo diversas denominações que tentavam designar ora o turismo praticado em ambientes naturais, ora a utilização ecologicamente equilibrada do meio ambiente pelo turismo tradicional ou convencional, podendo ser citadas, entre outras: “turismo de descoberta”, “turismo suave”, “turismo responsável”, “turismo de aventura”, “turismo verde”, “turismo participativo” e “turismo ecológico”.

PIRES (1998)³⁹ apresenta o termo “Ecoturismo” cunhado por CEBALLOSLASCURÁIN em 1983,⁴⁰ como tendo logrado maior receptividade junto às organizações e entidades que se encontravam à frente do ambientalismo, porque já embutia no conceito que passou a acompanhá-lo a partir de 1991 a ética conservacionista defendida por todas elas, além de ser uma forma “telegráfica” de expressar conjuntamente a idéia de turismo associada com ecologia. Porém, como afirma o próprio criador da expressão, a sua assimilação não se deu de imediato, sendo necessários vários anos para a divulgação e maturação desse novo conceito, o que ocorreu somente com a chegada dos anos 1990.

Atualmente, no momento em que o turismo é apontado como a alternativa econômica para o mundo subdesenvolvido, deve-se discutir a possibilidade de aproveitamento do patrimônio arquitetônico e paisagístico e, especialmente humano, de algumas propriedades, para implantação dessa atividade, incorrendo-se no menor impacto possível ao “meio ambiente”, entendido este como espaço/tempo “socio-econômico-cultural”. Espera-se, com esta nova atividade, que seja gerada uma “renda complementar” para os pequenos proprietários rurais, antes do que como alternativa exclusiva para a transformação do meio em que vivem. Se o mundo científico, governos e organismos não-governamentais procuram formas alternativas ao turismo de massa e opções econômicas para áreas pouco desenvolvidas, estudar o turismo ecológico em meio rural representa uma maneira de contribuir para o planejamento, a implantação e manutenção desse tipo de atividade econômica.

A implantação do turismo carece de um planejamento envolvendo, de preferência, equipes multidisciplinares. Se o turismo for implantado de forma planejada, ele poderá representar a possibilidade de desenvolvimento sustentável da área. Sem considerar os aspectos naturais e culturais a as práticas agrícolas, ele pode impactar de forma negativa o meio ambiente e a comunidade. Sua relevância torna-se maior no momento em que o Governo Brasileiro através da EMBRATUR – Instituto Brasileiro do Turismo – incentiva, por meio do PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo – a descentralização do planejamento, da implantação de infra-estrutura e do acompanhamento das atividades turísticas. É o momento também em que muitas iniciativas de turismo em espaço rural vão se consolidando e a pesquisa de uma forma geral, poderá, acredita-se, contribuir com os esforços de empreendedores, estudiosos e autoridades do turismo nessa tarefa.

Desta forma, é reconhecido entre os especialistas e estudiosos do ecoturismo que devido aos diversos setores da sociedade interessados no desenvolvimento da atividade ecoturística, formaram-se inúmeras definições de sua representatividade, conforme o enfoque que está se buscando, podendo ser conseguidas junto a autores como: PRADO, (2001),⁴¹ BOO (1991),⁴² Australian Department of Tourism (1992),⁴³ FIGGIS (1993),⁴⁴ BUTLER; PEARCE (1995),⁴⁵ LINDBERG (1995),⁴⁶ RODRIGUES (1997),⁴⁷ RUSCHMANN (1999),⁴⁸ MOLINA (1998).⁴⁹

Após observarmos como todos esses autores encaram o ecoturismo, podemos fazer uma breve comparação entre as definições apresentadas sobre o fenômeno, caracterizando três elementos recorrentes: (a) baseado na natureza, (b) educação/interpretação e (c) gerenciamento sustentável, que inclui as questões econômicas e/ou sócio-culturais. Neste estudo, utilizarse-á a definição criada pelo Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, em 1995, que entende Ecoturismo como “... o seguimento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, os patrimônios naturais e culturais, incentiva sua conservação e busca a formação de

uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.”⁵⁰ Na maioria das definições encontra-se a preocupação com a “sustentabilidade” da atividade. Nesse tocante, o conceito segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD – apud RUSCHMANN (1999), expressa-se num “...processo de transformação, no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a evolução tecnológica e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.”⁵¹

Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que perdura. Existe a preocupação de que aqueles que hoje desfrutam das benesses do desenvolvimento econômico estejam talvez prejudicando as gerações futuras, porque poluem a terra e desgastam demais seus recursos. As gerações atuais devem ‘atender as necessidades sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades’ – é este o princípio geral de desenvolvimento sustentável adotado pela comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no relatório Nosso Futuro Comum, em 1987. O princípio é hoje amplamente aceito e tem todo o apoio neste Relatório. (BANCO MUNDIAL, 1992)⁵²

Atualmente, há projetos para implantação de atividade de ecoturismo que contemplam a incorporação das comunidades locais, desde o início do processo de planejamento até sua implementação, com o objetivo de que seja uma alternativa econômica complementar, e possa proporcionar melhorias na qualidade de vida dessas populações. Entende-se que a sustentabilidade do meio ambiente, base para o turismo sustentável, não será possível no ritmo da exploração e deterioração dos recursos naturais que vêm sendo causadas por setores do empresariado turístico, que consideram o meio ambiente uma matéria-prima ilimitada.

PIRES (1998)⁵³ em seu trabalho Ecoturismo no Brasil, cita princípios éticos e de sustentabilidade para projetos de ecoturismo: (a) a contribuição efetiva da atividade para conservação da natureza, através da geração da receita para financiar tal conservação; (b) a preocupação com o mínimo impacto ambiental e social, no sentido do consumo racionalizado de recursos naturais, da reciclagem de resíduos, de sensibilidade para com as culturas locais, entre outros procedimentos de mesmo caráter; (c) o envolvimento da população local no seu sentido mais amplo, ou seja todas as forças existentes e dispostas a se envolverem no desenvolvimento da atividade, fazendo com que ao longo do tempo de maturação dos projetos e atividades compreendidas, haja uma taxa de retorno financeiro satisfatória para todos; e (d) a oportunidade de se implantar a educação ambiental para todos os envolvidos, desde o público visitante até a comunidade local. Independente dos termos que venham a ser utilizados para caracterizar o ecoturismo, turismo rural ou agroturismo, é necessária a consciência de que o mais importante é o fato de alterar práticas e não o local ou o nome da modalidade.

O aumento populacional faz crescer a demanda de bens e serviços, potencializando a pressão sobre os recursos naturais, gerando maior demanda por empregos e moradias.

Nos países onde as taxas de aumento populacional foram mais altas, mais rapidamente as áreas foram convertidas para usos agrícolas, pressionando ainda mais a terra e o hábitat natural. Como demonstrou um estudo econométrico de 23 países latino-americanos, continua a haver correlação positiva entre expansão da área agrícola e o aumento populacional (BANCO MUNDIAL, 1992 apud COUTINHO 2000).⁵⁴

No relatório Nosso Futuro Comum (1988),⁵⁵ identifica-se que a viabilidade do desenvolvimento sustentável está diretamente relacionada à qualificação de recursos humanos. É necessária uma reavaliação da prática educacional convencional, difundindo-se mais cursos profissionalizantes e técnicos, com participação de organizações comunitárias e o aproveitamento de técnicas tradicionais. Isto possibilitará a inserção de um maior número de profissionais em setores, representados pelos serviços relacionados ao segmento do mercado turístico como, por exemplo, em hospedagem, alimentação, transporte, agenciamento e operacionalização de viagens e condução de visitantes.

A educação deveria estar equipada para tornar as pessoas mais capazes de lidar com problemas de superpopulação e densidades populacionais muito elevadas, e estar mais capacitadas a melhorar o que se poderia chamar de ‘capacidades sociais de produção’. Isto é indispensável para evitar rupturas na tecedura social [...]. Por isso, a educação deveria ser mais abrangente e englobar as ciências sociais e naturais e também as humanidades, para que se pudesse perceber a interação dos recursos naturais e humanos, do desenvolvimento e meio ambiente. (CMMAD, 1991)⁵⁶

Segundo ANJOS (2001) “o turismo ecológico em prática no Brasil hoje não tem muito de ecológico: é poluidor, utiliza em demasia produtos não-recicláveis, e os turistas, às vezes, comportam-se com total desprezo para com as culturas locais.”⁵⁷

CONCLUSÃO

O irônico comentário de KRIPPENDORF (1989), sobre a intensidade do fenômeno turístico, ilustra adequadamente os aspectos críticos do tema em estudo, enfatizando que:

quase todos participam do movimento, imaginando que o fazem de livre arbítrio, mas a aparência é de quem obedece a uma ordem. Alinham-se em filas de carros ou deixam-se despachar, como se fossem cargas, em ônibus, jumbos ou trens. Amontoam-se em praias que se tornaram muito pequenas. Fazem fila diante de lojas e restaurantes, ascensores de esqui e teleféricos, assim como diante dos pontos turísticos, que já demonstram o desgaste provocado por todos esses olhares. Chegam até a hospedar-se em barracões. Um especialista em comportamento faz notar a esse respeito que, se tais condições fossem impostas aos trabalhadores durante as horas de trabalho, os sindicatos interviriam, e com toda razão.⁵⁸

Nota-se o desapontamento do autor com o que se tornou o turismo nos dias atuais, ou seja, um fenômeno não mais ligado aos desejos de descobrir ou aprender coisas novas e sim por que as pessoas "...não se sentem mais à vontade onde se encontram, seja nos locais de trabalho ou seja onde morem. Sentem necessidade urgente de se desfazer temporariamente do fardo das condições normais de trabalho, moradia, e de lazer, afim de estar em condições de retomá-lo quando regressem." KRIPPENDORF (1989).⁵⁹ Tais condições têm gerado o deslocamento de multidões a ambientes não preparados para recebê-las, causando impactos sociais, culturais, econômicos e ambientais, incluindo-se aí as alterações na paisagem. Com o resultado de trabalhos de pesquisa voltados ao produto turístico, torna-se possível auxiliar as comunidades na preservação de seu meio, atribuindo a estas a participação no planejamento e gestão das atividades de conservação e contribuir para a interpretação da realidade do local, fornecendo subsídios para uma ação de conservação da identidade cultural das comunidades locais.

NOTAS

- 1 MENTINK, H. R. Long term development in european agriculture and it's impacts on the landscape. *Landscape Urban Planning*, Amsterdam, n.118, p. 203-209, 1990.
- 2 ECKBO, G. Qualitative values in the landscape. In: ZUBE, Ervin H.; BRUSH, Robert O.; FABOS, Julius Gy. (Ed.) *Landscape assessment: values, perceptions and resources*. Stroudsburg, Pa.: Dowden, Hutchinson & Ross, 1975.
- 3 BOURASSA, S. C. A paradigm for landscape aesthetics. *Environment & Behavior*, v. 22, n.6, p. 787-812, 1990.
- 4 KLUCKON; MURRAY (1950). Apud. CRAIK, K. H. Individual variations in landscape. In: ZUBE, R. H. *Landscape assessment: values, perceptions and resources*. ZUBE, Ervin H.; BRUSH, Robert O.; FABOS, Julius Gy. (Ed.) Stroudsburg, Pa.: Dowden, Hutchinson & Ross, 1975.
- 5 ECKBO, G. (1975) op. cit.
- 6 QUEVEDO NETO, P. L. Paisagens preferidas e transformação da paisagem na área de transição urbano-rural da Grande São Paulo. Dissertação – FFLCH/GE, USP, 1999.
- 7 UENO, L. H. (1985) O deslocamento do cinturão verde de São Paulo no período de 1973 a 1980. Dissertação (Mestrado), FEA – USP, 1985.
- 8 BRYANT, C. R.; RUSSWURM, L.H.; McLELLAN, A.G. et al. *The city's countryside: Land and it's manegement in the rural urban fringe*. New York: Longman, 1982.
- 9 POTTER, C. Playing the planner: public participation in urban fringe. *Town & Country Planning*, n.10, p. 18-49, Febr., 1994.
- 10 HOLLIDAY, J. The new urban realm. *Town & Country Planning*, n.10, p. 259-261, 1994.
- 11 KAPLAN, R.; KAPLAN, S. *Cognition and environment: functioning in an uncertain world*. Ann Arbor MI: Ulrich Bookstore, 1983.
- 12 KAPLAN, S.; TALBOT, J. F. Psychological benefits of a wildemess experience. In: ALTMAN, I; WOHLWILL, J. F. *Human behavior and environment: advances, theory and research*. New York: Behavior and the natural environment, New York, Plenum Press, v.6. p. 163-203, 1984.
- 13 KORPELA, K.; HARTING, T. Restorative qualities of favorite places. *Jornal of Environment Psychology*, n.16, p. 221-233, 1986.
- 14 STRUMSE, E. Demographic differences in the visual preference for agrarian landscapes in Western Norway. *Journal of Environmental Psychology*, London, Academic Press, v. 16, n. 1, p. 17-31, Mar., 1996.
- 15 SULLIVAN III, W. C. Perception of the rural-urban fringe: citizen preference for natural and developed settings. *Landscape and Urban Planning*, Amsterdam, n. 29, p. 85-101, 1994.
- 16 COETERIER, V. F. Dominant atributes in the perception and evaluation of the dutch landscape. *Landscape and the Urban Planning*, n. 34, p. 27-34, 1996. 17 Id. *ibid*.
- 18 MENTINK (1990) op. cit.
- 19 LUGINBUHL, Y. Le paysage rural. La couleur de l'agricole, la saveur de l'agricole, mais qui rest-t-il de l'agricole? *Etudes Rurales*, n. 121-124, p. 27-44, 1991.
- 20 SARTOR, L. F. (1977) *Turismo rural uma alternativa de produção*. Porto Alegre: EST. (Coleção Nossa Terra)
- 21 POTTER, C., (1994) op. cit.
- 22 COETERIER, V. F. (1996) op. cit.
- 23 HOLLIDAY, J. (1994) op. cit.
- 24 RUCSHMANN, D. V. D. M. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. 4. ed. Campinas: Papirus, 1999. 199 p. (Coleção Turismo).
- 25 TRIGO, L. G. G. *Turismo e qualidade: tendências contemporâneas*. Campinas, SP: Papirus, 1993.
- 26 BARRETO, M. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- 27 ANDRADE, J. V. *Turismo: fundamentos e dimensões*. São Paulo: Ática, 1992.
- 28 TRIGO (1993) op. cit.
- 29 SCHULLERN, (1911) Apud. BARRETO, M. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- 30 PELLEGRINI, A. F. *Ecologia, cultura e turismo*. Campinas, SP: Papirus, 1993.
- 31 BARRETO, M. (1995) op. cit.
- 32 TRIGO, (1993) op. cit.
- 33 ANDRADE, (1992) op. cit.
- 34 BARRETO, (1995) op. cit.
- 35 OMT (1993) Apud PRADO, A. C. A., *Impactos do Ecoturismo no Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Cubatão – Dissertação (Mestrado) ECA – USP, 2001*.
- 36 PIRES, P. S. *Ecoturismo no Brasil: uma abordagem histórica e conceitual na perspectiva ambientalista – Tese (Doutorado) FFLCH – USP, 1998*.

- 37 BAEZ (1996) Depoimento cedido em agosto de 1996. Florianópolis, SC. Apud PIRES, P. S. Ecoturismo no Brasil: uma abordagem histórica e conceitual na perspectiva ambientalista – Tese (Doutorado) FFLCH – USP, 1998.
- 38 COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (Brasil). Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.
- 39 PIRES, B. C. C. Gestão em agências de ecoturismo e sua inserção no contexto de sustentabilidade. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado) FEA – USP, 1998.
- 40 CEBALLOS-LASCURÁIN. Tourism, ecotourism and protected areas. Austrália, 1990. Paper presented at the 34 th Working Session of the Commission of National Parks and Protected Areas, 217. Perth, Australia, Nov., 1990.
- 41 PRADO, A. C. A. Impactos do ecoturismo no Parque Estadual da Serra do Mar. São Paulo, 2001. Dissertação de Mestrado – ECA, USP, 2001.
- 42 BOO, E. Planning for ecotourism. Parks, v. 2, n.3, 1991.
- 43 AUSTRALIAN COMMONWEALTH DEPARTMENT OF TOURISM. A National tourism strategy. Australian Government Publishing Service: Canberra, 1992.
- 44 FIGGIS, P. Tourism in fragile lands: the Australian experience. In: CONGRESS ON ECOTURISM AND ADVENTURE TRAVEL, Hobart. Proceedings of the world. [S.l.: s.n.] 1993.
- 45 BUTLER, R. W.; PEARCE, D. Change in tourism: people, places and processes. London: Routledge, 1995.
- 46 LINDBERG, Kreg (Ed.); HAWKINS, Donald E. (Ed.). Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão. Tradução de: Leila Cristina de M. Darin. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 1995. 292 p. Título original: Ecotourism: a guide for planners and managers.
- 47 RODRIGUES, A.B. (Org). Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques metodológicos. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 94-121.
- 48 RUCSHMANN, D. V. D. M. Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. 4. ed. Campinas: Papirus, 1999. p. 109. (Coleção Turismo).
- 49 MOLINA, S. Turismo y ecología. 6. ed. Mexico: Trillas, 1998. 198p.
- 50 EMBRATUR. Pólos de ecoturismo: planejamento e gestão / Guilherme Wendel de Magalhães (Coord) São Paulo: TERRAGRAF, 2001.
- 51 COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (Brasil) Apud RUCSHMANN, D. V. D. M. Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. 4. ed. Campinas: Papirus, 1999. p. 109. (Coleção Turismo).
- 52 BANCO MUNDIAL, 1992 Apud COUTINHO, M. C. B. Ecoturismo: reservas extrativistas no Brasil e experiências da Costa Rica, Dissertação (Mestrado), PROLAM – Programa de Integração da América Latina – USP, 2000
- 53 PIRES, P. S., (1998) op. cit.
- 54 BANCO MUNDIAL (1992) Apud COUTINHO, M. C. B., op. cit.
- 55 COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (Brasil). (1988) op. cit.
- 56 Id. Nosso futuro comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1991. 430 p.
- 57 Segundo ANJOS, J. L. Turismo rural: fazenda e pousada. Belo Horizonte, 2001. Dissertação (Mestrado) – UFMG, 2001.
- 58 KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do turismo: para uma compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. 235p.
- 59 Id. *ibid.*

*Eng. Agrônomo e Paisagista. Mestrando junto à Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” ESALQ – USP. MBA em Administração de Empresas pelo Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul – IMES. Participou do Prêmio Sesc-Senac de Turismo Sustentável, realizado em outubro de 2002.
E-mail: nval@carpa.ciagri.usp.br / nilton.val@terra.com.br.